# Concurso Público para Provimento de Cargos Técnico-Administrativo em Educação 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

# **ADMINISTRADOR**

**1)** Como ramo da Ciência, a Administração de Empresas "é necessária não só para os administradores, mas para todas as áreas do conhecimento humano e científico. Cientistas, profissionais liberais, empreendedores, presidentes, governadores, prefeitos, políticos e todo tipo de empreendimento social requerem conceitos da Administração para alcançar seus objetivos. O desenvolvimento de um país ou organização passa necessariamente pela Administração."

(CHIAVENATO, I.- Teoria da Administração: teoria, processo e prática. 4. Ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2007, p. 06).

Nesse sentido, a Administração caminha cada vez mais para ser

- a) praticada pelos administradores de empresas, exclusivamente.
- b) praticada nas grandes corporações privadas, preferencialmente.
- c) uma ciência universal.
- d) uma ciência experimental.
- e) uma metaciência.
- 2) Em nível conceitual, a Administração de Empresas é o processo de
  - a) desenvolver práticas e métodos de representação e gestão da informação e do conhecimento em diversos ambientes corporativos.
  - b) analisar o patrimônio empresarial, bem como seus fenômenos e variações, em nível quantitativo e qualitativo, anotando os fatos de natureza econômico-financeira que o afetam.
  - c) estabelecer os princípios e as técnicas a serem observados para a gestão, a catalogação e a guarda de documentos em uma determinada organização.
  - d) planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos e as competências de uma organização para alcançar metas e objetivos com eficiência e qualidade.
  - e) criar, administrar e manter a gestão do conhecimento, propiciando fornecer informações adequadas para a tomada de decisão.
- 3) A Teoria Geral da Administração consiste na investigação
  - a) dos métodos, ações e valores que devem reger a vida das grandes corporações transnacionais, principais agentes econômicos de uma sociedade globalizada.
  - b) dos valores e das práticas que regem as empresas públicas, em nível geral, e as empresas privadas, em particular.
  - c) do contexto socioambiental e político no qual se desenvolvem as ações das organizações empresariais.
  - d) dos fatores simbólicos e materiais que concorreram para o desenvolvimento da humanidade a partir do século XVIII.
  - e) sistemática, racional e objetiva da administração das organizações e das empresas, devendo ser vista como um conjunto integrado de teorias e métodos.
- **4)** A Escola da Administração Científica vicejou, no início do século XX, através dos estudos e trabalhos do engenheiro estadunidense, principalmente, pelo teórico
  - a) George Washington.
  - b) Frederick Taylor.
  - c) Henry Ford.
  - d) Ronald Reagan.
  - e) Noan Chomsky.

- **5)** A Teoria Clássica da Administração, que inaugurou a abordagem anatômica e estrutural da empresa, foi criada pelo engenheiro francês
  - a) Augusto Comte.
  - b) Henri Fayol.
  - c) Émile Durkheim.
  - d) Frederick Taylor.
  - e) Raymond Aron.
- **6)** A Teoria da Burocracia da Administração, que identifica determinadas características da organização voltadas para a racionalidade e a eficiência das condutas, foi criada pelo sociólogo alemão
  - a) Karl Marx.
  - b) Max Weber.
  - c) Friedrich Engels.
  - d) Bruno Bauer.
  - e) George Hegel.
- **7)** "A Administração Pública gerencial constitui um avanço, e, até certo ponto, um rompimento com a Administração Pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a Administração Pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva alguns de seus princípios fundamentais (...)."

(PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012, p. 64).

A diferença fundamental da administração gerencial para a burocrática está

- a) no sistema de governo, que agora é basicamente parlamentarista.
- b) na forma de estado, que agora tem como meta o bem comum.
- c) no regime político, que agora é predominantemente democrático.
- d) na forma de controle, que agora passa a ter foco nos resultados.
- e) na forma de governo, que agora é essencialmente republicana.
- 8) A Teoria Estruturalista da Administração é uma vertente teórica que
  - a) postula a formalização das atividades organizacionais, defendendo que as mesmas devem ser organizadas de acordo com normas e regras racionais e impessoais.
  - b) enfatiza a necessidade de divisão do trabalho no âmbito da empresa, na qual cada participante tem um cargo ou função definidos e uma esfera específica de competência.
  - c) defende que o encarreiramento profissional deve ser determinado exclusivamente em função do mérito dos funcionários.
  - d) introduz o conceito de sistema aberto na análise das organizações e estabelece uma abordagem múltipla e compreensiva da empresa.
  - e) busca a separação entre os conceitos de propriedade e administração, concorrendo para o desenvolvimento das sociedades anônimas e do moderno mercado de capitais.
- 9) A organização do Estado é um tema tratado, privilegiadamente, no Direito
  - a) Administrativo.
  - b) Tributário.
  - c) Constitucional.
  - d) Atuarial.
  - e) Civil.

- **10)** A Escola das Relações Humanas é a vertente teórica que pretendeu
  - a) divulgar o planejamento da administração empresarial, visando a aperfeiçoar os mecanismos de organização, direção e controle da empresa.
  - b) definir as tarefas e classificar os órgãos que deverão ordenar a dinâmica empresarial e obter uma unidade de ação com vistas à consecução dos bens comuns.
  - c) determinar os princípios e os valores necessários ao desenvolvimento da organização empresarial, em particular nos cenários de crise sistêmica.
  - d) democratizar a administração das empresas e humanizá-la, tendo como base conceitos da Psicologia e da Sociologia Organizacional, como motivação, dinâmica de grupo e liderança.
  - e) desenvolver o conceito de estrutura organizacional, ratificando as características centrais da Teoria da Burocracia, como divisão do trabalho, meritocracia e profissionalismo.
- **11)** A Teoria Comportamental ou Escola do Comportamento Organizacional desenvolveu uma teoria própria. De acordo com essa Teoria.
  - a) o indivíduo é visto tão somente como um instrumento que deve ser utilizado pela organização com vistas à realização de suas metas, objetivos e propósitos.
  - b) as empresas devem pautar suas condutas a partir dos elementos endógenos e exógenos que brotam de cada contexto social e político.
  - c) o administrador é essencialmente um técnico voltado para os aspectos lógicos e formais da organização.
  - d) as empresas são sistemas de decisões nos quais seus membros definem seus comportamentos por percepções, sentimentos e outros elementos nem sempre objetivos.
  - e) as empresas adotam rotinas e comportamentos formais que visam a substituir a fragilidade das decisões individuais.
- **12)** São variáveis básicas da empresa, segundo a Teoria Geral da Administração:
  - a) tarefas, estrutura, pessoas, tecnologia, ambiente e competitividade.
  - b) trabalhismo, formalização, legalismo, impessoalidade, meritocracia e competência.
  - c) meritocracia, internalização, formalismo, autoritarismo, resistência e trabalhismo.
  - d) tecnologia, categorização, ambiente, pessoas, resistência e impessoalidade.
  - e) impessoalidade, legalismo, meritocracia, internalização, ambiente e competitividade.
- **13)** Uma organização empresarial não é uma entidade pronta e fechada em si mesma, mas está sujeita a câmbios e transformações constantes. Nesse sentido, organizações são unidades
  - a) políticas que visam a potencializar as dinâmicas de poder e riqueza que movem todas as atividades empresariais.
  - b) sociais racionalmente planejadas e constituídas para atingir seus propósitos e metas com menor custo, esforço e tempo.
  - c) econômicas que visam a minimizar lucros e maximizar custos com vistas a amealhar recursos financeiros e potencializar riquezas.
  - d) jurídicas constituídas em conformidade com as normas domésticas e internacionais que regem as pessoas físicas e jurídicas.
  - e) corporativas que se amoldam a contextos endógenos e exógenos com vista a cumprir seu estatuto social e limitar seu balanço de ganhos e perdas.

- **14)** As características que pertencem, adequadamente, às organizações empresariais são as seguintes:
  - a) Orientação para o lucro, assunção de riscos e avaliação contábil.
  - b) Avaliação Contábil, desorganização burocrática e postergação de comando.
  - c) Postergação de comando, constituição flexível e apropriação pública.
  - d) Apropriação pública, assunção de riscos e desestruturação setorial.
  - e) Desestruturação setorial, desorganização burocrática e orientação para o lucro.
- **15)** As três habilidades básicas do administrador, são, necessariamente,
  - a) técnicas, humanas e conceituais.
  - b) conceituais, filosóficas e estruturais.
  - c) estruturais, humanas e institucionais.
  - d) institucionais, filosóficas e psicossociais.
  - e) psicossociais, técnicas e estruturais.
- **16)** O administrador desempenha os seguintes papéis fundamentais:
  - a) jurista, empreendedor e avaliador
  - b) líder, executivo e jurista
  - c) empreendedor, gerente e líder
  - d) avaliador, executivo e comerciante
  - e) comerciante, empreendedor e executivo
- **17)** As empresas possuem a necessidade de se adaptarem continuamente às circunstâncias ambientais para lograrem seus objetivos. Pela Teoria Geral da Administração, o ambiente de uma empresa pode ser didaticamente dividido em dois segmentos, geral e específico. O ambiente geral é constituído por
  - a) elementos próximos ou endógenos que caracterizam especificamente cada uma das organizações empresariais.
  - b) condições e fatores exógenos que circundam e influenciam de modo difuso e assimétrico todas as organizações empresariais.
  - c) condições tecnológicas e pelos fornecedores de capital e matérias primas, sem os quais não é possível o desenvolvimento da própria atividade empresarial.
  - d) elementos psicossociais, estruturais e econômicos que determinam, em função de cada ambiente empresarial, o êxito ou o fracasso da empresa.
  - e) condições políticas que decorrem das decisões governamentais e pelos consumidores, sempre determinantes para o êxito das atividades empresariais.
- 18) Em nível conceitual, planejamento estratégico é
  - a) o elemento diferencial de cada organização empresarial, sendo direcionado diretamente ao usuário ou ao consumidor final.
  - b) a expressão tática do planejamento, que é elaborado por cada departamento da organização empresarial.
  - c) a expressão mais ampla e abrangente do planejamento, que abarca cada organização empresarial em seu conjunto.
  - d) o elemento difuso de uma determinada organização empresarial, sendo diretamente definido pela cúpula dirigente.
  - e) a expressão global do planejamento, sendo projetado para o médio prazo, ou seja, para um período aproximado de 12 meses.

- **19)** O Sistema Participativo de Administração é um modelo de gestão democrático e aberto que, dentre outras, possui as seguintes características:
  - a) Processo decisório centralizado, sistema de comunicação precário, baixo relacionamento interpessoal e ênfase nas punições.
  - b) Processo decisório consultivo, comunicações verticais no sentido descendente, relacionamento interpessoal ativo e ênfase nas recompensas materiais.
  - c) Processo decisório autocrático, sistema de comunicação precário, intolerância aos relacionamentos interpessoais e ênfase nas punições.
  - d) Processo decisório intermitente, vasto investimento comunicacional, precário relacionamento interpessoal e ênfase nas recompensas simbólicas e sociais.
  - e) Processo decisório horizontal, alto investimento em sistemas de comunicação, forte relacionamento interpessoal e ênfase nas recompensas simbólicas e sociais.

# 20) No âmbito da Administração Empresarial, inovação é

- a) a relação entre as saídas e entradas do sistema, sendo tal relação mensurada em razões simples tais como toneladas por homem-hora ou produção por operário-dia.
- b) o resultado que a organização pretende alcançar em um determinado lapso temporal e numa dada circunscrição espacial.
- c) a relação com o ambiente físico e psicológico do trabalho, sendo tal relação mensurada por medidas como satisfação laborativa e índice de rotatividade funcional.
- d) o grau de satisfação dos resultados em relação ao conjunto de recursos disponibilizados e aqueles que foram efetivamente utilizados.
- e) o grau em que novas ideias são produzidas e ou se readaptam antigos conceitos para que se alcancem os objetivos da organização empresarial.

# 21) No Brasil, o sistema de governo é

- a) Republicano.
- b) Parlamentarista.
- c) Sindicalista.
- d) Presidencialista.
- e) Monarquista.
- **22)** "A literatura a respeito da organização político-administrativa do país evidencia alguns traços da formação colonial que marcaram a constituição da coisa pública no Brasil. O primeiro deles diz respeito à ordem ibérica, mais precisamente, ao caráter conservador de Portugal e do seu Estado absolutista no período dos Quinhentos."

(CARVALHO, Eneuton Dornelleas Pessoa de. O aparelho administrativo brasileiro: sua gestão e seus servidores – do período colonial a 1930. CARDOSO JR. José Celso. (Org.). Burocracia e ocupação no setor público brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea, 2011, p. 20).

Nesse sentido, a(s) primeira(s) unidade(s) administrativa(s) do país foi (foram):

- a) a monarquia.
- b) os municípios.
- c) os estados.
- d) a capital.
- e) os Distritos.

- **23)** "Após 20 anos de regime militar, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) buscou superar o legado autoritário por meio da construção do Estado Democrático de Direito." (CARVALHO, Eneuton Dornelleas Pessoa de. *O aparelho administrativo brasileiro: sua gestão e seus servidores de 1930 aos dias atuais.* CARDOSO JR. José Celso. (Org.). Burocracia e ocupação no setor público brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea, 2011, p. 20). Nesse sentido, a Constituição estabeleceu
  - a) a liberdade de criar e inovar.
  - b) a democracia como único sistema de governo do país.
  - c) o concurso público como a única forma de efetivação em cargo público.
  - d) o mérito como a única forma de ascensão funcional no serviço público.
  - e) o registro civil como a única forma de se garantir a propriedade intelectual.
- **24)** "Por fim, é importante sublinhar que os servidores públicos são pagos com recursos provenientes da arrecadação de impostos e taxas junto à sociedade, e a determinação de seus níveis salariais também responde a uma dinâmica diferente da determinação dos salários no setor privado (...). Os mecanismos de determinação do salário no setor público, portanto, não são totalmente definidos por fatores econômicos, como os que afetam a determinação salarial do mercado de trabalho privado (...)."

(MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Emprego público em perspectiva internacional: evolução histórica e diferenças nos perfis. CARDOSO JR. José Celso. (Org.). Burocracia e ocupação no setor público brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea, 2011, p. 334).

A explicação das diferenças entre o modo de determinação salarial do setor público em relação ao setor privado é

- a) No setor privado, a força do sindicato é o que fixa o valor do salário.
- b) No setor público, a dinâmica capital x trabalho dita o valor dos salários.
- c) No setor privado, a capacidade contributiva da empresa determina o salário.
- d) No setor público, quem define os salários é o Tribunal de Contas da União.
- e) No setor público, os salários são mais sensíveis a fatores políticos e institucionais.
- **25)** Os órgãos públicos podem ser classificados em independentes, autônomos, superiores e subalternos. Os independentes são aqueles que derivam diretamente da Constituição Federal, não se submetendo a nenhuma hierarquia superior. Com base nessa informação, é um órgão público independente
  - a) Gabinete da Presidência da República.
  - b) Ministério das Relações Exteriores.
  - c) Advocacia Geral da União.
  - d) Ministério da Fazenda.
  - e) Congresso Nacional.
- **26)** Em seus aspectos gerais, agentes públicos são as pessoas físicas e jurídicas que exercem alguma atividade estatal. O conjunto dos agentes públicos inclui os agentes políticos, administrativos, honoríficos e delegados. É um exemplo de agente público honorífico
  - a) Ministros de Estado.
  - b) Secretários de Governo.
  - c) Oficiais das forças armadas.
  - d) Mesários Eleitorais.
  - e) Servidores da Administração Direta.

- **27)** A instrumentalidade é uma das características da Administração Pública na medida em que a Administração é uma
  - a) ferramenta do Estado para a promoção do desenvolvimento e do bem comum.
  - b) atividade que presta serviços e pratica atos administrativos através de seus órgãos.
  - c) estrutura hierárquica, onde há subordinação dos órgãos inferiores aos superiores.
  - d) prestadora de serviços públicos que obedece a normas jurídicas e técnicas.
  - e) circunscrição de competências estabelecidas por lei.
- **28)** "A governabilidade refere-se ao poder político em si, que deve ser legítimo e contar com o apoio da população e de seus representantes."

(PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012, p. 134).

Nesse sentido, governabilidade significa

- a) governar de acordo com as leis.
- b) direito de agir em nome do Estado.
- c) governar com amplo apoio popular.
- d) capacidade política de governar.
- e) legitimidade democrática.
- **29)** Governança pública é a capacidade de
  - a) representar o país, julgar conforme as leis e implantar políticas públicas.
  - b) implantar políticas públicas, governar e julgar conforme as leis.
  - c) legislar, julgar conforme as leis e representar o país.
  - d) governar, decidir e implantar políticas públicas.
  - e) julgar conforme as leis, governar e legislar.
- **30)** O desenvolvimento eletrônico produz resultado impactante na administração pública. No contexto recente da governança eletrônica, pode-se afirmar que
  - a) o e-mail passa a ser o grande canal de comunicação entre governantes e governados.
  - b) as redes sociais são a principal forma de promoção das políticas públicas.
  - c) a tecnologia vem sendo utilizada como forma de incremento da governança pública.
  - d) o ponto eletrônico vem concorrer para flexibilizar os horários de trabalho do servidor.
  - e) a pesquisa científica assume o lugar da cultura política local.
- **31)** No contexto das novas realidades da Administração Pública, accountability é a
  - a) faculdade que todo cidadão possui de ingressar no serviço público.
  - b) possibilidade de que a sociedade manifeste seu apoio aos governantes.
  - c) obrigação da Administração Pública em adequar-se à Lei de Responsabilidade Fiscal.
  - d) necessidade que a Administração Pública tem de respeitar os usos e os costumes sociais.
  - e) capacidade de responsabilização da Administração Pública por suas ações/omissões.

**32)** "Accountability é um termo correlato às discussões acerca da efetividade das instituições inerentes ao Estado democrático. O termo corresponde tanto à capacidade de o governo informar, explicar e responder pelos atos cometidos como também à capacidade de impor sanções aos agentes públicos que violam as obrigações. (...). O Donnel reconhece dois tipos básicos de accountability, a vertical e a horizontal."

(ROMÊO, Christiane Itabaiana Martins. Mecanismos institucionais de controle e limitação do poder. PIRES FERREIRA, Lier; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimyr Lombardo. Curso de Teoria Geral do Estado. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2009, p. 174-175).

#### Accountability horizontal é definida como

- a) a capacidade que o cidadão possui de retirar o mandato de seus representantes.
- b) o sistema de freios e contrapesos exercidos entre os poderes Executivo e Legislativo.
- c) o controle que se estabelece entre diversas agências e órgãos estatais.
- d) o controle que o cidadão faz dos seus representantes através do voto.
- e) a capacidade que o Judiciário possui de controlar as demais funções do Estado.
- **33)** "A Administração Pública burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado Liberal (...). Constituem princípios orientadores do seu desempenho a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo, em síntese: o poder racional-legal."

(PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012, p. 56).

A Administração Pública burocrática surgiu com a filosofia de combate à

- a) Corrupção e ao nepotismo patrimonialista.
- b) Monarquia e ao movimento sindicalista.
- c) Revolução operária e ao feudalismo.
- d) Burocracia e ao nepotismo patrimonialista.
- e) Igreja e ao movimento sindicalista.

# **34)** Complete a assertiva **CORRETAMENTE**:

"Em contraposição à ideia de Estado Unitário, onde há apenas um centro de decisão política e administrativa, temse que a característica fundamental do Estado Federal é a..."

(CAMARGOS, Luciano Dias Bicalho; ANJOS, Marcelo Adriano Menacho dos. *Tipos de Estado*. PIRES FERREIRA, Lier; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimyr Lombardo. Curso de Teoria Geral do Estado. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2009, p. 84).

- a) responsabilização de governantes e servidores pela sociedade.
- b) obtenção de novas formas de financiamento do Estado.
- c) reorganização do Estado visando ao bem comum.
- d) democratização da ordem política e social.
- e) descentralização administrativa e política.
- **35)** Nos termos da Lei nº 9.279/1996 e suas alterações, o instrumento jurídico que garante ao autor de invenção ou modelo de utilidade o direito próprio de propriedade é denominado
  - a) Autorização.
  - b) Licença.
  - c) Resolução.
  - d) Sentença.
  - e) Patente.

- **36)** O artigo 8º da Lei nº 9.279/ 1996 e suas alterações define os seguintes requisitos:
  - a) Aplicação industrial, atividade inventiva e comercialidade.
  - b) Novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
  - c) Comercialidade, novidade e operacionalidade.
  - d) Operacionalidade, comercialidade e comensurabilidade.
  - e) Comensurabilidade, operacionalidade aplicação industrial.
- 37) Nos termos da Lei nº 9.610/1998 e suas alterações, o autor de obra literária, artística ou científica é uma
  - a) Pessoa física.
  - b) Empresa.
  - c) Corporação.
  - d) Entidade.
  - e) Associação.
- **38)** Nos termos da Lei nº 9.610/1998 e suas alterações, pertencem ao autor as/os
  - a) honrarias e direitos patrimoniais sobre a obra que criou.
  - b) emolumentos e vantagens sobre a obra que criou.
  - c) direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.
  - d) benesses intelectuais e direitos patrimoniais sobre a obra que criou.
  - e) atos de império e direitos morais sobre a obra que criou.
- **39)** Nos termos do art. 3º da Lei nº 10.973/2004 e suas alterações, dentre as figuras de direito que poderão ser criadas pelos entes federativos e por suas respectivas agências de fomento, com ou sem o envolvimento de empresas nacionais, ICT e organizações de direito privado sem fins lucrativos, com o propósito de realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento, estão as
  - a) associações de produção.
  - b) alianças estratégicas.
  - c) pessoas físicas.
  - d) joint-ventures.
  - e) parcerias público-privadas.
- **40)** Nos termos da Lei nº 10.973/2004 e suas alterações, a Instituição Científica e Tecnológica (ICT), por intermédio do Ministério ou órgão ao qual seja subordinada ou vinculada, manterá o Ministério da Ciência e Tecnologia informado, quanto
  - a) às parcerias estratégicas de cada instituição, às inovações científicas e culturais, e aos documentos cartorários e os contratos de patente e de propriedade intelectual.
  - b) aos inventos originais, às formulações autênticas, aos documentos cartorários e os contratos de patente e de propriedade intelectual.
  - c) às criações desenvolvidas no âmbito da instituição, às proteções requeridas e concedidas, e aos câmbios e mudanças legislativas.
  - d) à política de propriedade intelectual da instituição, às parcerias estratégicas de cada instituição, e aos documentos cartorários e os contratos de patente e de propriedade intelectual.
  - e) à política de propriedade intelectual da instituição, às criações desenvolvidas no âmbito da instituição, às proteções requeridas e concedidas; e aos contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados.

#### Texto 1

### Escravidão

José Roberto Pinto de Góes

Uma fonte histórica importante no estudo da escravidão no Brasil são os "relatos de viajantes", geralmente de europeus que permaneciam algum tempo no Brasil e, depois, escreviam sobre o que haviam visto (ou entendido) nesses trópicos. Existem em maior número para o século XIX. Todos se espantaram com a onipresença da escravidão, dos escravos e de uma população livre, mulata e de cor preta. O reverendo Roberto Walsh, por exemplo, que desembarcou no Rio de Janeiro em finais da década de 1820, deixou o seguinte testemunho: "Estive apenas algumas horas em terra e pela primeira vez pude observar um negro africano sob os quatro aspectos da sociedade. Pareceu-me que em cada um deles seu caráter dependia da situação em que se encontrava e da consideração que tinham com ele. Como um escravo desprezado era muito inferior aos animais de carga... soldado, o negro era cuidadoso com a sua higiene pessoal, acessível à disciplina, hábil em seus treinamentos, com o porte e a constituição de um homem branco na mesma situação. Como cidadão, chamava a atenção pela aparência respeitável... E como padre... parecia até mais sincero em suas ideias, e mais correto em suas maneiras, do que seus companheiros brancos".

Em apenas algumas horas caminhando pelo Rio de Janeiro, Walsh pôde ver, pela primeira vez (quantos lugares o reverendo terá visitado?), indivíduos de cor preta desempenhando diversos papéis: escravo, soldado, cidadão e padre. Isso acontecia porque a alforria era muito mais recorrente aqui do que em outras áreas escravistas da América, coisa que singularizou em muito a nossa história.

Robert Walsh escreveu que os escravos eram inferiores aos animais de carga. Se quis dizer com isso que eram tratados e tidos como tal, acertou apenas pela metade. Tratados como animais de carga eram mesmo, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia. Mas é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos. Não era. Eles sabiam que lidavam com seres humanos e não com animais. Com animais tudo é fácil. A um cavalo, se o adestra. A outro homem, faz-se necessário convencê-lo, todo santo dia, a se comportar como escravo. O chicote, o tronco, os ferros, o pelourinho, a concessão de pequenos privilégios e a esperança de um dia obter uma carta de alforria ajudaram o domínio senhorial no Brasil. Mas, me valendo mais uma vez de Joaquim Nabuco, o que contava mesmo, como ele disse, era a habilidade do senhor em infundir o medo, o terror, no espírito do escravo.

O medo também era um sentimento experimentado pelos senhores, pois a qualquer hora tudo poderia ir pelos ares, seja pela sabotagem no trabalho (imagine um canavial pegando fogo ou a maquinaria do engenho quebrada), seja pelo puro e simples assassinato do algoz. Assim, uma espécie de acordo foi o que ordenou as relações entre senhores e escravos. Desse modo, os escravos puderam estabelecer limites relativos à proteção de suas famílias, de suas roças e de suas tradições culturais. Quando essas coisas eram ignoradas pelo proprietário, era problema na certa, que resultava quase sempre na fuga dos cativos. A contar contra a sorte dos escravos, porém, estava o tráfico transatlântico intermitente, jogando mais e mais estrangeiros, novatos, na população escrava. O tráfico tornava muito difícil que os limites estabelecidos pelos escravos à volúpia senhorial criassem raízes e virasse um costume incontestável.

Fonte: GÓES, José Roberto Pinto de. *Escravidão*. [fragmento]. Biblioteca Nacional, Rede da Memória Virtual Brasileira. Disponível em <a href="http://bndigital.bn.br/redememoria/escravidao.html">http://bndigital.bn.br/redememoria/escravidao.html</a>. Acesso em ago. 2012.

#### Texto 2

#### A escrava Isaura

Bernardo Guimarães

Malvina aproximou-se de manso e sem ser pressentida para junto da cantora, colocando-se por detrás dela esperou que terminasse a última copla.

- -- Isaura!... disse ela pousando de leve a delicada mãozinha sobre o ombro da cantora.
- -- Ah! é a senhora?! respondeu Isaura voltando-se sobressaltada.
- -- Não sabia que estava aí me escutando.
- -- Pois que tem isso?.., continua a cantar... tens a voz tão bonita!... mas eu antes quisera que cantasses outra coisa; por que é que você gosta tanto dessa cantiga tão triste, que você aprendeu não sei onde?...
  - -- Gosto dela, porque acho-a bonita e porque... ah! não devo falar...
  - -- Fala, Isaura. Já não te disse que nada me deves esconder, e nada recear de mim?...
- -- Porque me faz lembrar de minha mãe, que eu não conheci, coitada!... Mas se a senhora não gosta dessa cantiga, não a cantarei mais. Não gosto que a cantes, não, Isaura. Hão de pensar que és maltratada, que és uma escrava infeliz, vítima de senhores bárbaros e cruéis. Entretanto passas aqui uma vida que faria inveja a muita gente livre. Gozas da estima de teus senhores. Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço. És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano. Bem sabes quanto minha boa sogra antes de expirar te recomendava a mim e a meu marido. Hei de respeitar sempre as recomendações daquela santa mulher, e tu bem vês, sou mais tua amiga do que tua senhora. Oh! não; não cabe em tua boca essa cantiga lastimosa, que tanto gostas de cantar. -- Não quero, -- continuou em tom de branda repreensão, -- não quero que a cantes mais, ouviste, Isaura?... se não, fecho-te o meu piano.
- -- Mas, senhora, apesar de tudo isso, que sou eu mais do que uma simples escrava? Essa educação, que me deram, e essa beleza, que tanto me gabam, de que me servem?... são trastes de luxo colocados na senzala do africano. A senzala nem por isso deixa de ser o que é: uma senzala.
  - -- Queixas-te da tua sorte, Isaura?...
- -- Eu não, senhora; não tenho motivo... o que quero dizer com isto é que, apesar de todos esses dotes e vantagens, que me atribuem, sei conhecer o meu lugar.

Fonte: GUIMARÃES, Bernardo. *A Escrava Isaura*. [1ª ed. 1875]. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <a href="http://www.bibvirt.futuro.usp.br">http://www.bibvirt.futuro.usp.br</a>>. Disponível em <a href="http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000057.pdf">http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000057.pdf</a>. Acesso em aqo.2012

#### Texto 3

## Cotas: continuidade da Abolição

Eloi Ferreira de Araújo

Sancionada em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea foi responsável pela libertação de cerca de um milhão de escravos ainda existentes no País. Representou a longa campanha abolicionista de mais de 380 anos de lutas. No entanto, aos ex-cativos não foram assegurados os benefícios dados aos imigrantes, que tiveram a proteção especial do Estado Imperial e mais tarde da República. Foram mais de 122 anos desde a abolição, sem que nenhuma política pública propiciasse a inclusão dos negros na sociedade, os quais são cerca de 52% da população brasileira.

A primeira lei que busca fazer com que o Estado brasileiro inicie a longa caminhada para a construção da igualdade de oportunidades entre negros e não negros só veio a ser sancionada, em 2010, depois de dez anos de tramitação. Trata-se do Estatuto da Igualdade Racial, que oferece as possibilidades, através da incorporação das ações afirmativas ao quadro jurídico nacional, de reparar as desigualdades que experimentam os pretos e pardos. Este segmento que compõe a nação tem em sua ascendência aqueles que, com o trabalho escravo, foram responsáveis pela pujança do capitalismo brasileiro, bem como são contribuintes marcantes da identidade nacional. Ressalte-se que não há correspondência na apropriação dos bens econômicos e culturais por parte dos descendentes de africanos na proporção de sua contribuição para o País.

O Supremo Tribunal Federal foi instado a decidir sobre a adoção de cotas para pretos e pardos no ensino superior público, e também no privado, na medida em que o ProUni foi também levado a julgamento. A mais alta Corte do país decidiu que estas ações afirmativas são constitucionais. Estabeleceu assim, uma espécie de artigo 2º na Lei Áurea, para assegurar o ingresso de pretos e pardos nas universidades públicas brasileiras, e reconheceu a constitucionalidade também do ProUni. (...)

O Brasil tem coragem de olhar para o passado e lançar sem medo as sementes de construção de um novo futuro. Desta forma, podemos interpretar que tivemos o fim da escravidão como o artigo primeiro do marco legal. A educação com aprovação das cotas para ingresso no ensino superior como o artigo segundo. Ainda faltam mais dispositivos que assegurem a terra e o trabalho com funções qualificadas. Daí então, em poucas décadas, e com a implementação das ações afirmativas, teremos de fato um Estado verdadeiramente democrático, em que todos, independentemente da cor da sua pele ou da sua etnia, poderão fruir de bens econômicos e culturais em igualdade de oportunidades.

Fonte: Governo Federal. Fundação Cultural Palmares. Disponível em <a href="http://www.palmares.gov.br/cotas-continuidade-da-abolicao/">http://www.palmares.gov.br/cotas-continuidade-da-abolicao/</a>. Acesso em ago. 2012

Todos se espantaram com a onipresença da escravidão, dos escravos e de uma população livre, mulata e de cor preta. [Texto 1]

- **41)** De acordo com o autor do **Texto 1**, a justificativa para o espanto a que se refere no trecho destacado está apresentada em:
  - a) Pareceu-me que em cada um deles seu caráter dependia da situação em que se encontrava e da consideração que tinham com ele.
  - b) Em apenas algumas horas caminhando pelo Rio de Janeiro, Walsh pôde ver, pela primeira vez (...) indivíduos de cor preta desempenhando diversos papéis.
  - c) Quantos lugares o reverendo terá visitado?
  - d) A alforria era muito mais recorrente aqui do que em outras áreas escravistas da América, coisa que singularizou em muito a nossa história.
  - e) Tratados como animais de carga eram mesmo, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia.

Mas é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos. Não era. Eles sabiam que lidavam com seres humanos e não com animais. Com animais tudo é fácil. A um cavalo, se o adestra. A outro homem, faz-se necessário convencê-lo, todo santo dia, a se comportar como escravo. [Texto 1]

**42)** O fragmento destacado acima, retirado do **Texto 1**, encerra uma aparente falta de coerência do autor, já que a ideia presente no segundo período contradiz, de certa forma, o que é dito no primeiro.

Essa aparente incoerência revela o percurso do raciocínio do autor.

Assim, nesse percurso, o raciocínio se movimenta

- a) da tese para a análise.
- b) da análise para a síntese.
- c) da síntese para a suposição.
- d) da hipótese para a tese.
- e) da suposição para a hipótese.

Tratados como animais de carga eram mesmo, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia. [Texto 1]

**43)** Neste fragmento do **Texto 1**, o autor estabelece um vínculo entre o ponto de vista do viajante do século XIX e o nosso ponto de vista, hoje.

O fragmento do **Texto 3** que corrobora a veracidade desse ponto de vista é:

- a) Sancionada em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea foi responsável pela libertação de cerca de um milhão de escravos ainda existentes no País.
- A primeira lei que busca fazer com que o Estado brasileiro inicie a longa caminhada para a construção da igualdade de oportunidades entre negros e não negros só veio a ser sancionada, em 2010, depois de dez anos de tramitação.
- c) Representou a longa campanha abolicionista de mais de 380 anos de lutas.
- d) No entanto, aos ex-cativos não foram assegurados os benefícios dados aos imigrantes, que tiveram a proteção especial do Estado Imperial e mais tarde da República.
- e) O Brasil tem coragem de olhar para o passado e lançar sem medo as sementes de construção de um novo futuro.

O tráfico tornava muito <u>difícil</u> que os limites estabelecidos pelos escravos à volúpia senhorial criassem raízes e virasse um costume incontestável

[Texto 1]

- 44) No período acima, a função sintática do adjetivo grifado é:
  - a) Predicativo do sujeito.
  - b) Objeto direto
  - c) Sujeito
  - d) Complemento nominal
  - e) Predicativo do objeto direto

Se quis dizer com isso que eram tratados e tidos como tal, acertou apenas pela metade. Tratados como animais de carga eram mesmo, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia. Mas é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos.

Texto 1

**45)** Os períodos do fragmento acima guardam entre si correlações semânticas, mesmo que não estejam explícitas.

De modo a explicitar correlações semânticas de **condição**, **causa**, **comparação** e **concessão**, o fragmento pode ser reescrito da seguinte forma:

- a) Quando disse que eram tratados e tidos como tal, acertou apenas pela metade porque, na medida em que eram tratados realmente como animais de carga, tanto aos olhos do reverendo quanto aos nossos, de hoje em dia, é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos.
- b) Consoante tenha querido dizer com isso que fossem tratados e tidos como tal, acertou apenas pela metade, que, embora fossem tratados realmente como animais de carga, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia, é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos.
- c) Quando disse que eram tratados e tidos como tal, acertou apenas pela metade à proporção que, se eram tratados realmente melhor que animais de carga, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia, é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos.
- d) Mesmo querendo dizer com isso que eram tratados e tidos como tal, acertou apenas pela metade, porque, caso fossem tratados realmente pior que animais de carga, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia, é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos.
- e) Se quis dizer com isso que eram tratados e tidos como tal, acertou apenas pela metade, porque, embora fossem tratados realmente como animais de carga, aos olhos do reverendo e aos nossos, de hoje em dia, é muito improvável que tenha sido esta a percepção dos proprietários de escravos.

A um cavalo, se o adestra. [Texto 1]

**46)** O fragmento em destaque, retirado do **Texto 1**, apresenta, em sua estrutura sintática, um pleonasmo.

O mesmo procedimento se verifica em:

- a) A contar contra a sorte dos escravos, porém, estava o tráfico transatlântico intermitente.
- b) A alforria era muito mais recorrente aqui do que em outras áreas escravistas da América, coisa que singularizou em muito a nossa história..
- c) A outro homem, faz-se necessário convencê-lo.
- d) [...] o que contava mesmo, como ele disse, era a habilidade do senhor em infundir o medo, o terror, no espírito do escravo.
- e) Quando essas coisas eram ignoradas pelo proprietário, era problema na certa, que resultava quase sempre na fuga dos cativos.

Walsh pôde ver, pela primeira vez (quantos lugares o reverendo terá visitado?), indivíduos de cor preta desempenhando diversos papéis.

- **47)** No período acima, retirado do **Texto 1**, a correta correlação entre classe gramatical e função sintática é apresentada em:
  - a) pela primeira vez locução substantiva adjunto adverbial
  - b) pôde ver locução adverbial núcleo do predicativo
  - c) quantos advérbio interrogativo sujeito
  - d) diversos pronome substantivo objeto direto
  - e) de cor preta locução adjetiva adjunto adnominal
- **48)** Dentre os períodos extraídos do **Texto 1**, observa-se a presença de uma oração subordinada substantiva completiva nominal em:
  - a) Uma fonte histórica importante no estudo da escravidão no Brasil são os "relatos de viajantes", geralmente de europeus que permaneciam algum tempo no Brasil.
  - b) O chicote, o tronco, os ferros, o pelourinho, a concessão de pequenos privilégios e a esperança de um dia obter uma carta de alforria ajudaram o domínio senhorial no Brasil.
  - c) Estive apenas algumas horas em terra e pela primeira vez pude observar um negro africano sob os quatro aspectos da sociedade.
  - d) Pareceu-me que em cada um deles seu caráter dependia da situação em que se encontrava e da consideração que tinham com ele.
  - e) Assim, uma espécie de acordo foi o que ordenou as relações entre senhores e escravos.

Porque me faz lembrar de minha mãe.

[Texto 2]

- **49)** Considerando o verbo lembrar, utilizado no fragmento em destaque, extraído do **Texto 2**, a construção que, embora frequente na linguagem coloquial, contraria a norma culta da Língua Portuguesa é:
  - a) Essa música nos faz lembrar de um tempo em que éramos realmente felizes.
  - b) Embora a menina seja parecida com o pai, o jeito dela lembra muito a mãe.
  - c) Ele não consegue ser responsável. Diariamente é preciso lembrá-lo de suas obrigações.
  - d) Ontem vi a Alice, que foi sua colega de escola. Você lembra dela?
  - e) Nenhum deles é tem boa memória, de modo que precisamos lembrar-lhes os compromissos.

Ao contrário da linguagem jornalística, a literatura é o espaço privilegiado da conotação.

- **50)** O fragmento do Texto 2 em que se verifica a presença da linguagem conotativa é:
  - a) Não sabia que estava aí me escutando.
  - b) Porque me faz lembrar de minha mãe, que eu não conheci.
  - c) Oh! não; não cabe em tua boca essa cantiga lastimosa, que tanto gostas de cantar.
  - d) Hão de pensar que és maltratada, que és uma escrava infeliz.
  - e) Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço.

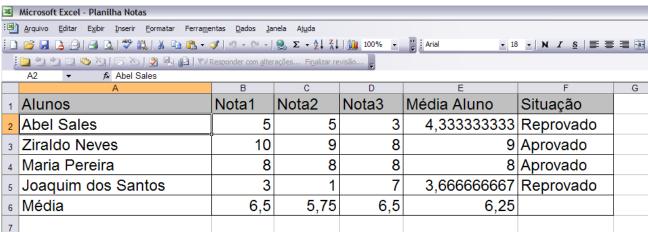


Tabela 1: Planilha de Notas

- 51) Considerando a Tabela 1, o endereço da célula que contém a média do aluno Joaquim dos Santos é
  - a) = (B5+C5 + D5)/3
  - b) E6
  - c) F6
  - d) = (E2+E3+E4+E5)/4
  - e) E5
- **52)** Considerando a Tabela 1, a fórmula correta para calcular a média do aluno Ziraldo é
  - a) = B3 + C3 + D3/3
  - b) = (B3+C3+D3)/3
  - c) = B3+B4+B5/3
  - d) = (B2+C2+D2)/3
  - e) = (B3+C3+D3)/4
- **53)** Considerando a Tabela 1, a fórmula correta para calcular a média da turma na Nota2 é
  - a) = SOMA(C2:C5)/3
  - b) = SOMA(C2:C5)/4
  - c) = SOMA(B6:D6)/3
  - d) = SOMA(D2:D5)/3
  - e) = SOMA (D2:D5)/4
- 54) O termo utilizado para designar o conjunto de componentes que formam a parte física dos computadores é
  - a) o Hardware.
  - b) o Teclado.
  - c) a CPU.
  - d) o Mouse.
  - e) o Software.

- 55) O software utilizado para acessar uma página web na Internet é
  - a) um kit multimídia.
  - b) um navegador.
  - c) um provedor de acesso.
  - d) editor de páginas web.
  - e) facebook.
- **56)** Os *chats* podem ser caracterizados como seguinte tipo de mecanismo de comunicação:
  - a) tradicional
  - b) síncrono
  - c) assíncrono
  - d) seguro
  - e) alternativo
- **57)** Faça a correlação entre a 1ª e a 2ª colunas.

1ª Coluna 2ª Coluna

- 1. É um software que permite cálculos automáticos através de fórmulas em ( ) Internet Explorer tabelas.
- Copiar o conteúdo de um arquivo residente em outro computador para o seu, independente da distância.
- ( ) Planilhas Eletrônicas

Página introdutória de um site. 3.

Download

Login

Browser da Microsoft. 4.

- Processo de conexão à rede que inclui a identificação e à senha de 5.
- Homepage controle.

A sequência CORRETA da correlação entre colunas é

- a) 4-1-2-5-3
- b) 3-5-2-1-4
- c) 5-1-2-3-4
- d) 2-1-5-2-4
- e) 1-2-4-5-1

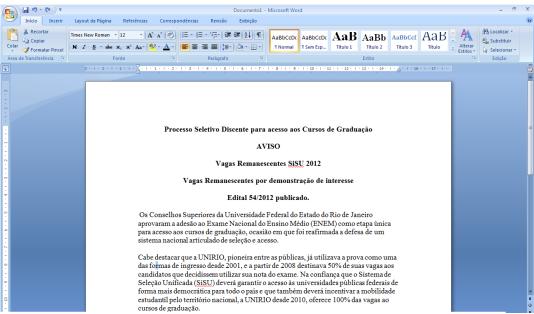


Figura 1: Texto utilizando o Microsoft Word

**58)** O botão do Microsoft Word que pode ser utilizado para centralizar os títulos do texto, mostrados na Figura 1 é

- a) **=**
- b)
- c)
- d)
- e) ¶

**59)** O botão do Microsoft Word que pode ser utilizado para verificar a ortografia e a gramática de um trecho do texto, mostrado na Figura 1 é

- a) ABC
- b)
- c) 🍜
- d)
- e) ¶

- **60)** Em relação à Internet, pode-se afirmar que
  - a) Não é possível anexar vídeos às mensagens de e-mail.
  - b) http://www.mec.gov.br é uma URL, ou seja, o endereço de correio eletrônico.
  - c) Provedor de acesso é um software que permite a visualização de uma página na Internet.
  - d) HTML é um padrão de editoração que permite criar páginas para a publicação na Internet.
  - e) Um exemplo de endereço de email inválido é cosea@unirio.br
- **61)** Com base na Lei 8666/93, os contratos podem ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
  - a) por acordo das partes ou unilateralmente pela Administração, quando houver necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, apenas nos contratos internacionais.
  - b) unilateralmente pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
  - c) unilateralmente pela Administração, quando conveniente a substituição da garantia de execução.
  - d) por acordo das partes, quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários, desde que haja autorização expressa do Ministro da área afeta ao contrato.
  - e) unilateralmente pela Administração, quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.
- **62)** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. A lei 8666/93 estabelece normas gerais de licitação e contratos administrativos e subordina ao seu regime os seguintes órgãos, tais como:
  - a) os órgãos da administração direta e indireta, como os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as fundações privadas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista.
  - b) os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, exceto, o Distrito Federal.
  - c) os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados e Municípios.
  - d) Os fundos especiais contra a fome, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, na modalidade concurso, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.
  - e) dispensa os órgãos da administração indireta, como as autarquias especiais, como as agências reguladoras (ANP, ANATEL).

- **63)** A Administração pode exigir garantias para a execução do contrato ao licitante vencedor que pode escolher dentre aquelas determinadas pela lei, critério da autoridade competente, em cada caso, mas, ao escolher, deverá constar do edital, precisamente, na forma de
  - a) cheque administrativo, autorizado pelo Ministério da Fazenda, conforme definido em contrato.
  - b) caução em dinheiro à semelhança do fiança locatícia, registrada no Banco Central do Brasil.
  - c) seguro-bancário, registrado na SUSEP e no IRB.
  - d) títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério do Planejamento.
  - e) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- **64)** Quanto a execução dos contratos deve ser observado, fielmente, pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8666/93, pode-se afirmar que
  - a) o contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato, que será unicamente responsabilizado pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.
  - b) o representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, contudo não podendo determinar à regularização das faltas ou defeitos observados.
  - c) as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil de 30 (trinta) dias para a adoção das medidas convenientes.
  - d) o contratado não é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
  - e) a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- **65)** NÃO constitui motivo para rescisão dos contratos administrativos:
  - a) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, com justa causa e prévia comunicação à Administração.
  - b) o cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
  - c) atraso justificado no início da obra, serviço ou fornecimento levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.
  - d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, admitidas no edital e no contrato.
  - e) o atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- **66)** A Lei nº 8.112/1990 e suas alterações dispõem sobre o
  - a) regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
  - b) patrimônio e as finanças da administração direta e indireta, em cada um dos entes da federação.
  - c) regime jurídico dos servidores públicos civis dos estados e do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas estaduais.
  - d) procedimento de contratação de servidores públicos civis e militares de todos os entes federativos, em conformidade com a Constituição Federal.
  - e) regime jurídico dos servidores públicos civis dos municípios, das autarquias e das fundações públicas municipais.

- 67) Para os efeitos da Lei 8.112/1990, servidor é
  - a) a pessoa legalmente investida em cargo público.
  - b) todo aquele que foi aprovado em um concurso público em nível federal.
  - c) a pessoa cujo concurso foi homologado pela autoridade pública competente.
  - d) todo aquele que foi aprovado em um concurso público em nível estadual.
  - e) a pessoa legalmente investida em cargo público até o ano de 1990.
- **68)** O Título II da Lei 8.112/1990 e suas alterações tratam do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição dos cargos públicos. Nesses termos, são requisitos básicos para investidura em cargo público:
  - a) A aptidão física e mental, a certidão negativa de débitos fiscais, a certidão negativa de antecedentes penais, a carteira de vacinação atualizada, o gozo dos direitos sociais, a idade mínima de vinte e um anos, o translado da certidão de nascimento.
  - b) O translado da certidão de nascimento, o gozo dos direitos sociais, a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos, a quitação com as obrigações militares e eleitorais e a conclusão do Ensino Médio.
  - c) A conclusão do Ensino Médio, a certidão negativa de débitos fiscais, a certidão negativa de antecedentes penais, a carteira de vacinação atualizada, o gozo dos direitos sociais, a idade mínima de vinte e um anos, o translado da certidão de nascimento.
  - d) A nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos, a quitação com as obrigações militares e eleitorais, o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental.
  - e) A idade mínima de vinte e um anos, a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos, a quitação com as obrigações militares e eleitorais, o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental.
- **69)** A opção que apresentar, simultaneamente, três formas de provimento de cargo público, conforme a Lei 8.112/1990 e suas alterações é
  - a) Recondução, promoção e concurso público.
  - b) Concurso público, reintegração e comissionamento.
  - c) Comissionamento, readaptação e reversão.
  - d) Reversão, concurso público e transferência.
  - e) Nomeação, aproveitamento e recondução.
- **70)** Com relação ao prazo de validade dos Concursos Públicos, a afirmativa que está em perfeita consonância com os termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações:
  - a) O concurso público terá validade de até 02 anos, podendo ser prorrogado duas vezes, por igual período.
  - b) O concurso público terá validade de até 02 anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
  - c) O concurso público terá validade de até 03 anos, podendo ser prorrogado duas vezes, por igual período.
  - d) O concurso público terá validade de até 03 anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
  - e) O concurso público terá validade de até 04 anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.